

Formação de sujeitos evangélicos engajados: pedagogias, práticas e trajetórias na Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

The Formation of Engaged Evangelical Subjects: Pedagogies, Practices, and Trajectories within the Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Gustavo Alencar¹

RESUMO

O ativismo político evangélico no Brasil tem sido predominantemente associado a pautas conservadoras e à ascensão de uma direita religiosa. Sobretudo nos últimos anos em que a presença dos evangélicos na política eleitoral tem se tornado mais intensa e dinâmica, a relação entre as duas dimensões tem sido intensificada nas análises sociológicas. Contudo, é importante se atentar para dinâmicas políticas evangélicas que se colocam na contramão do conservadorismo mais visível e midiático para que se levantem diferentes questões a respeito das relações envolvendo religião e política. Este trabalho procura investigar coletivos evangélicos considerados progressistas e que desenvolvem um ativismo político voltado para ideais de democracia, cidadania e justiça social. De forma mais específica, será discutido quais pedagogias, gramáticas, práticas e agenciamentos são formuladas no interior de movimentos evangélicos progressistas. Deste modo, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas internas e contra-hegemônicas da religião pública brasileira.

Palavras-chave: Evangélicos; evangélicos progressistas; ativismo religioso.

ABSTRACT

Evangelical political activism in Brazil has been predominantly associated with conservative agendas and the rise of a religious right. Particularly in recent years, as evangelical participation in electoral politics has become more intense and dynamic, the relationship between religion and politics has received growing attention in sociological analyses. However, it is crucial to consider evangelical political dynamics that run counter to the more visible and media-driven forms of conservatism in order to raise different questions about the intersections of religion and politics. This article examines evangelical collectives regarded as progressive and engaged in political activism oriented toward ideals of democracy, citizenship, and social justice. More specifically, it analyzes the pedagogies, discursive grammars, practices, and modes of agency developed within progressive evangelical movements. In doing so, the study contributes to a broader understanding of the internal and counter-hegemonic dynamics of Brazil's public religion.

Keywords: Evangelicals; evangelical left; Religious Activism;

¹ Graduação em ciências sociais (UFMG). Mestrado Sociologia (UFMG). Doutorando em Sociologia - linha sociologia da religião e cultura (UFMG).

Introdução

A crescente e notória participação de evangélicos² na política brasileira nas últimas décadas consolidou este segmento como um ator central no espaço público brasileiro (Burity, 2020; Machado, 2013; Mariano, 2016). Se no século XX, as relações do catolicismo com a esfera pública eram extensas e caracterizadas por diversos mecanismos de conciliação, parcerias e ações, no século XXI vemos os evangélicos ultrapassarem um quarto da população³ e atuarem através de outros registros no cenário público. Essa ascensão dos evangélicos na política eleitoral e na cena pública é marcada pela mobilização de pautas morais conservadoras e formação de bancadas parlamentares. Neste registro, a atuação evangélica na política institucional, de forma geral, procura se articular em torno de “cruzadas morais” e projetos de poder que colocam em questão a laicidade do Estado brasileiro e as fronteiras entre o religioso e o político.

Apesar da extrema relevância desta temática, a ênfase quase exclusiva nas vertentes conservadoras e majoritárias tende a obscurecer a pluralidade constitutiva do campo evangélico brasileiro. Mais do que isso, tende a tomar como imediata a relação entre fé evangélica e um certo modo de pensar e viver a política. Apesar dessa relação se apresentar em muitos casos, tomar evangélicos como sinônimo de conservadorismo e agendas antidemocráticas, reifica certas articulações e impede a percepção de que a identidade religiosa é mais fluída e seus encadeamentos com a esfera pública mais complexos. As formas de atuação dos evangélicos na política se manifestam de modo plural o que nos leva a desafiar a homogeneização que comumente é apresentada em análises mais superficiais. É neste contexto de pluralidade, disputas e negociações que se dá o engajamento dos evangélicos progressistas. Neste sentido, pode-se dizer, juntamente com Carly Machado em um texto que demonstra as imbricações entre religião, segurança pública, mercado, produção fonográfica, que também nas relações entre política e evangélicos “é muita mistura” (Machado, 2013).

O presente trabalho irá analisar a atuação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) durante os anos de 2016 e 2019. Trata-se de um grupo evangélico progressista que procurou ao longo do período indicado promover ações e articulações em favor da democracia e do desenvolvimento da cidadania. A FEED surgiu no contexto do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a partir de uma rede de ativistas evangélicos que formulou um manifesto contrário ao que interpretaram como um golpe de Estado. Sua composição inclui evangélicos de diferentes denominações geralmente de classe média e com ensino superior completo que compartilham o engajamento pela ampliação de direitos no Brasil. É notável que alguns membros, mesmo frequentando igrejas com perfis conservadores em visões políticas e de costumes, participam da FEED por alinhamento ideológico, mantendo o vínculo afetivo com suas comunidades de fé (Alencar, 2019).

Através da análise deste coletivo, será possível demonstrar como a fé evangélica foi

² Para Mafra (2001) apesar dos desacordos em torno da categoria evangélicos, é possível identificá-los como “seguidores de uma religiosidade cuja origem remonta à Reforma” (Mafra, 2001, p. 7). Neste sentido, podemos falar em protestantes históricos e denominações como Metodistas, Presbiterianos, Luteranos, Batistas etc. e uma ampla diversidade de pentecostais e neopentecostais. Neste artigo, vou utilizar o termo evangélico para designar o conjunto mais amplo dessa religiosidade não por acreditar que suas diferenças não são relevantes, mas por perceber que apesar de divergências, existem alianças que formam modos de agir na sociedade e na política que são semelhantes.

³ De acordo com os dados do Censo Religioso divulgados no ano de 2025, os evangélicos passaram de 21,7% em 2010 para 26,9% dos brasileiros.

por vezes agenciada para se conectar com pautas diferentes daquelas empreendidas pelos setores conservadores e antidemocráticos dessa religião. Em articulação com crises democráticas vividas no Brasil durante o período, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) mobilizou repertórios de ação, gramáticas e estratégias utilizadas por evangélicos progressistas ao longo da história do país para se inserir de uma maneira particular na vida política. Isso só foi possível, por conta de visões específicas a respeito das relações entre fé e política e do próprio entendimento do que é a política e a religião, em particular, a evangélica.

A sociologia religião brasileira já há algum tempo tem procurado analisar como as religiões e suas formas de expressão não se apresentam circunscritas na esfera específica do religioso. No entanto, cada vez mais os estudos têm demonstrado que ao invés de perceber como a religião “invade” a política, é necessário discutir que religião e política não são categorias fechadas, mas são produto do agenciamento e negociação dos agentes envolvidos na construção da realidade social em um dado contexto. Isso foi apontado por Rosas e Teixeira recentemente quando as autoras afirmam que

Conceber a religião como, ao mesmo tempo, constituída e constituidora do público, na medida em que agencia tecnologias de visibilidade e reconhecimento da ação dos sujeitos no mundo, permite recolocar em novos termos a questão da função social da religião, que deixa de ser vista apenas em seu estatuto institucional para ser pensada também como um espaço de marcação das possibilidades de interação e vivência. Sua materialidade deixa de ser vista como exclusivamente da ordem do religioso para ser compreendida como uma instância cuja finalidade é sempre fruto de um processo que envolve disputas e negociações (Rosas; Teixeira, 2025, p. 3).

Sendo assim, as discussões suscitadas neste artigo buscam pensar a relação da religião evangélica com a política de maneira dinâmica uma vez que reflete disputas e agenciamentos em torno da legitimidade de certos atores aparecerem na cena pública e do próprio significado do que é ser evangélico, do que é político e de como viver a relação entre esses domínios. Com isso, ao apresentar a religião como algo acabado e estanque, perde-se a fluidez do seu movimento e impede a verificação dos processos específicos através dos quais a fé se apresenta imbricada com a cena política. Isso implica romper com uma ideia por vezes difundida de que a religião e a fé se materializam exclusivamente a partir de características pré-estabelecidas e envolvendo institucionalidades definidas e apontar para dinâmicas mais complexas que estão presentes na materialidade da religião tal como vivida pelos sujeitos.

1. Evangélicos e a política no Brasil

A relação entre religião e política no Brasil tem passado por transformações estruturais profundas nas últimas décadas, culminando na emergência de um “novo ator político”: o segmento evangélico, com especial protagonismo das vertentes pentecostais e neopentecostais (Guadalupe; Carranza, 2020). Este fenômeno não representa apenas um crescimento demográfico isolado, mas uma reconfiguração deliberada do repertório cívico, das estratégias de ocupação do espaço público e da própria concepção de laicidade no país. O que se observa é a transição de uma postura de isolamento sectário para uma participação ativa e, muitas vezes, agressiva na definição de políticas públicas e na disputa por hegemonia

cultural.

Ao longo da história da presença evangélica no país é possível identificar diferentes modalidades de relações dos evangélicos na sociedade, na política e na cultura (Alencar, 2023). Com a fixação e estabelecimento mais perene dos evangélicos no século XIX, a estratégia utilizada pelos *crentes* foi a de se manter de certa forma refratários à participação ativa na sociedade brasileira entendendo que em suas características basilares estariam presentes elementos constitutivos da religião católica, hegemônica no período. Deste modo, entendia-se que o evangélico não deveria se envolver com a política partidária, com as festas religiosas e populares, no entendimento de que a fé transformaria indivíduos desde que estes no processo de conversão se afastassem das coisas e assuntos mundanos (Souza, 1969).

Mariano (2012; 2016) e Rosas (2015) são exemplos de autores responsáveis por descrever como essa situação mudou a partir da constituinte até os dias de hoje, quando os evangélicos influenciados por aportes teológicos como a Teologia do Domínio e a Teologia da Batalha Espiritual passaram a atuar de forma ativa na cena pública. Nesta nova maneira de pensar a fé em sua relação com a política, os evangélicos buscaram desenvolver uma concepção de a sociedade é um campo de batalha a ser dominado em favor de sua fé. Isso implica a pretensão de levar para diversas ramificações da sociedade valores e princípios entendidos como valiosos para suas visões religiosas de mundo. Deste modo, como demonstra Mariano (2012), enquanto os pentecostais tradicionais viam com maus olhos a inserção política dos evangélicos, os neopentecostais buscaram um protagonismo na arena política vendendo nela um espaço de disputa, evangelização e um campo de batalha espiritual. Além de fatores teológicos, a redemocratização do país no contexto de fim da Ditadura Civil-Militar abriu possibilidades para novos atores políticos se proliferarem na sociedade brasileira sejam advindos da religião, de movimentos sociais ou de partidos políticos que foram criados no período. Neste sentido, os evangélicos se tornam atuantes desde a Constituinte e procuram ao longo do período de redemocratização se consolidar como um ator político relevante e legítimo.

A partir de fatores teológicos, sociológicos e políticos, uma cultura pública evangélica (Giumbelli, 2013) se desenvolveu reformulando o papel do crente na sociedade. O fiel tinha como missão central a proliferação de referências cristãs evangélicas seja onde estiverem: trabalho, lugares públicos, mídia, escola e faculdade, produção cultural e, sobretudo, política partidária. Nessa forma de entender a política como um campo de batalha a ser dominado, a atuação dos evangélicos voltou-se para a construção de uma noção de cidadania por meio da qual fosse possível reforçar suas agendas religiosas no espaço público. Essas agendas giravam, principalmente, em torno da defesa de certas concepções de moralidade conservadoras como oposição ao aborto, rejeição de políticas públicas de gênero e sexualidade, abordagens moralizantes e punitivista a respeito da criminalidade e consumo de drogas, defesa da família heterossexual tradicional e resistência aos direitos da população LGBTQIAPN+. Com esses ideais políticos os evangélicos foram capazes de formar alianças, angariar votos e se elegerem para as câmaras municipais, estaduais e federais com o intuito de fazer valer os elementos gerais dessa agenda política evangélica conservadora. Recentemente, em 2018, Jair Messias Bolsonaro se valendo de uma “agenda moral” foi eleito contando com o apoio significativo do voto evangélico o que revelou a força desse segmento para disputar e vencer, também, eleições majoritárias. Essa força não está em formar grandes partidos políticos evangélicos ou formar blocos unívocos e homogêneos, mas em aglutinar interesses de forma pragmática implicando uma coesão a respeito de certas visões de religião e de política.

Conforme afirmam Guadalupe e Carranza (2020), o evangélico-pentecostal como um novo ator político provoca um “deslocamento estrutural” do lugar da religião na esfera pública. Este ator não atua de forma isolada, mas em resposta àquilo que entender ser um mal-estar econômico e, sobretudo, cultural. A percepção de perda de valores tradicionais e a reação a mudanças comportamentais (direitos LGBTQIAPN+, feminismo, novas configurações familiares) serviram como catalisadores para a união de um segmento que, embora teologicamente diverso, encontrou coesão na chamada “agenda moral” aglutinando evangélicos de diversas denominações dentre pentecostais, neopentecostais e protestantes históricos. A autora ainda destaca que esse processo foi alimentado por um clima de antagonismo social, onde a religião passou a ser utilizada como uma marca de identidade para distinguir o *nós* (os defensores da família e da moral) do *eles* (identificados com o marxismo cultural e a esquerda política).

Em consonância com essa análise Ricardo Mariano e Dirceu André Gerardi (2020) entendem que o apoio evangélico a Jair Bolsonaro em 2018 foi decisivo: o candidato recebeu cerca de 11 milhões de votos a mais que seu oponente neste segmento. Este apoio não foi fortuito, mas fruto de uma construção de confiança iniciada anos antes, especialmente na oposição ao que foi pejorativamente rotulado de “kit gay”. O discurso bolsonarista, sintetizado no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, promoveu uma “sacralização da direita” e, conseqüentemente, levou o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda a serem demonizados e entendidos como inimigos da fé e da família. Mariano e Gerardi (2020) destacam que a sinergia entre o governo e as lideranças evangélicas favoreceu a consolidação de uma “direita cristã” que utiliza pânico morais e teorias conspiratórias (para mobilizar sua base). A laicidade passou a ser questionada em nome de um suposto “Estado Cristão”, onde as minorias deveriam se curvar à vontade da maioria.

O panorama da presença dos evangélicos na política revela que a relação entre evangélicos e política no Brasil não é um fenômeno passageiro, mas uma mudança estrutural na democracia brasileira. O *novo ativismo* evangélico conseguiu articular demandas de reconhecimento social com uma agenda conservadora que desafia os princípios da democracia liberal e do pluralismo e se tornou ator legítimo para uma parcela da sociedade brasileira. Para que isso fosse possível, foi necessário equacionar tensões advindas da parte dos próprios evangélicos, de outros segmentos religiosos e de grupos não religiosos como movimentos sociais e discursos universitários que questionavam certa mistura entre religião e política. É importante insistir que em todos os lados da contenda, existem ideais a respeito do que é política e o seu escopo de atuação, do que a religião e seus limites e como deve se dar a relação entre esses *diferentes* domínios.

Uma dimensão da oposição ao que foi descrito acima como sendo a tônica da relação entre evangélicos e política foi mobilizada pelos setores progressistas existentes dentro desta religião como é o caso da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Na contramão das agendas morais conservadoras, este grupo procura defender a laicidade do Estado, a democracia e políticas públicas que ampliam a cidadania no entendimento que criam a respeito do que é a forma realmente legítima de acionar a fé evangélica juntamente com a política. Suas ações revelam outras gramáticas, materialidades e articulações para além do conservadorismo religioso evangélico que, como bem aponta a sociologia especializada no assunto, de fato são hegemônicos. Sendo assim, importa para a sociologia da religião não pensar a relação entre *religião* e *política* como se essas esferas da vida em sociedade pudessem ser definidas de antemão, mas perceber como o entendimento dessas categorias são mobilizadas por diferentes agentes sociais que compõe uma determinada cena.

2. A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito: uma descrição sociológica

A Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito (FEED) constitui-se como um movimento de ativismo político-religioso que emergiu no cenário brasileiro contemporâneo como uma voz dissonante dentro do campo evangélico hegemônico. Sociologicamente, a Frente não se define como uma nova denominação ou comunidade eclesial, mas sim como um coletivo de militância composto por indivíduos que compartilham a identidade cristã evangélica e um compromisso ético-político com o que entendem ser a manutenção das instituições democráticas. Sua atuação visa disputar o sentido público do termo *evangélico*, daquilo que é o domínio da política e a relação adequada entre eles, oferecendo um contraponto às agendas conservadoras e fundamentalistas que ganharam proeminência na esfera política nacional.

O contexto de formação da FEED está intrinsecamente ligado à crise política de 2016, especificamente ao processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. O movimento nasceu a partir de uma rede de ativistas vinculados ao grupo “Missão na Íntegra”, como o Pastor Ariovaldo Ramos, que interpretou a ruptura institucional como um golpe de Estado orquestrado por setores da mídia e do Poder Legislativo. Diante da percepção de uma ameaça iminente aos direitos garantidos pela Constituição de 1988, a Frente entendeu ser necessário se posicionar, enquanto evangélicos, a favor da democracia e dos direitos constitucionais.

As razões de sua fundação residem, portanto, no entendimento de que é necessário o Estado Democrático de Direito e a justiça social a partir de uma hermenêutica bíblica progressista que será apresentada mais à frente. Para seus líderes, a FEED deveria atuar como uma referência evangélica contra o cerceamento de direitos promovido por outros agentes religiosos que utilizam a fé para legitimar agendas de exclusão social. O movimento fundamenta-se na Teologia da Missão Integral, que preconiza a responsabilidade social da igreja como parte indissociável de sua missão espiritual, buscando conciliar a identidade cristã com a luta pela ampliação da cidadania e o enfrentamento de violações de direitos humanos. Por ter uma atuação que passa por disputas teológicas e teóricas a respeito da política nacional, o perfil dos integrantes da FEED revela uma composição majoritariamente de classe média urbana, com alto nível de escolaridade e ensino superior completo. Embora o movimento aspire a uma articulação com as bases populares, sua coordenação e núcleo duro são formados por intelectuais, profissionais liberais e lideranças religiosas que possuem capital cultural para transitar entre o discurso teológico e o debate político-acadêmico.

No que tange ao vínculo institucional, a Frente abriga tanto lideranças históricas do progressismo evangélico quanto jovens ativistas que buscam novas formas de engajamento. Deste modo, seus membros participam do coletivo enquanto mantém seus vínculos com igrejas locais, muitas das quais, de perfil conservador, por laços afetivos e sociais, mas encontram na FEED o espaço de legitimação para suas convicções políticas progressistas. Há também os *desigrejados*, indivíduos que se afastaram das instituições eclesiais por conflitos ideológicos, mas que preservam a identidade evangélica através da militância no coletivo.

Suas atividades da FEED são diversificadas e buscam ocupar tanto o espaço físico quanto o digital. O movimento realiza encontros, palestras em universidades, sindicatos e partidos políticos, além de produzir notas oficiais e vídeos para as redes sociais sobre temas candentes da agenda pública. Um exemplo de sua atuação foi a mobilização contra a Reforma da Previdência em 2017, na qual lideranças gravaram vídeos utilizando versículos bíblicos

para fundamentar a oposição à proposta governamental, demonstrando a capacidade de traduzir pautas econômicas para uma linguagem religiosa acessível e mobilizadora.

Apesar de sua busca por relevância simbólica e prática na política, a FEED opera sob limitações estruturais significativas, sendo movida quase exclusivamente pelo trabalho voluntário e sem orçamento próprio. A sustentabilidade das ações depende de *vaquinhas*, campanhas e do tempo disponível de seus coordenadores, o que gera uma intermitência nas atividades e dificulta a manutenção de projetos de longo prazo. Essa precariedade financeira e organizacional limita a capacidade de expansão do movimento para além dos grandes centros urbanos e das redes de contatos já estabelecidas entre a elite intelectual evangélica. Além disso, possuem dificuldade de estabelecer consensos internos sobre pautas teológicas e sociais mais sensíveis, como os direitos LGBTQIAPN+. Para evitar a desagregação de uma base teologicamente diversa, a coordenação nacional muitas vezes orienta que se evitem debates doutrinários profundos, focando apenas na defesa genérica da democracia e da cidadania. Essa estratégia, embora preserve a unidade mínima do grupo, pode gerar ambiguidades e impedir um posicionamento mais contundente em questões que são centrais para a identidade progressista, revelando as tensões entre a militância política e a tradição religiosa.

Ademais, a Frente enfrenta o desafio da legitimidade perante o campo evangélico mais amplo, que muitas vezes a rotula como falsos evangélicos que possuem interesses político-partidários vinculados à esquerda. A insistência no apartidarismo é uma tentativa constante de blindagem contra essas críticas, mas a proximidade com pautas e movimentos sociais historicamente ligados à esquerda torna essa distinção tênue na percepção do público evangélico mais amplo. Portanto, seus membros enfrentam disputas por narrativas dentro das igrejas locais para se provarem como evangélicos legítimos.

A pesquisa de campo na FEED foi realizada entre os anos de 2016 e 2019, mas ela continua atuando nos dias de hoje. Nos últimos anos, a FEED intensificou sua atuação em momentos críticos da democracia brasileira. Um marco fundamental foi o posicionamento contundente após os ataques de 8 de janeiro de 2023, quando o movimento reafirmou a incompatibilidade entre a fé evangélica e a ruptura da ordem democrática. Além da vigilância institucional, a Frente tem atuado na base através de programas de formação e comunicação. Exemplo disso é a produção de conteúdo multimídia, como o podcast “Papo de Crente”, que serve como plataforma para o debate de políticas públicas sob uma ótica teológica progressista, alcançando uma audiência que busca conciliar fé e engajamento social à esquerda. Diferente do isolamento experimentado durante a gestão anterior, a FEED possui, no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, canais abertos de diálogo e cooperação. Em setembro de 2025, o próprio presidente Lula participou de um programa produzido pela Frente, onde reforçou seu “compromisso de fé” com a justiça social. Seus membros insistem que este vínculo não se traduz em uma subordinação partidária, mas em uma convergência de agendas, especialmente no combate à fome e na promoção de direitos humanos, sendo a FEED apartidária. A presença de figuras como Jorge Messias (Advogado-Geral da União e indicado ao STF em 2025), que transita por círculos evangélicos progressistas e é visto com simpatia por membros da Frente, exemplifica a inserção de quadros alinhados a essa sensibilidade religiosa em postos-chave da administração federal.

Em suma, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito representa uma tentativa e esforço de reorganização do campo progressista evangélico no Brasil. É necessário refletir em que medida sua visibilidade e presença em certos espaços diz mais da sua vitalidade ou

do interesse de certos grupos, instituições e políticos, inclusive no caso da atual presidência, em dar esse espaço para seus próprios interesses em se mostrarem alinhados a um segmento religioso indispensável para as disputas eleitorais. Ao oferecer uma gramática cristã palatável ao campo progressista, o movimento fornece um capital simbólico de legitimação prontamente absorvido por outros grupos e partidos progressistas interessados em fragilizar, ao menos discursivamente, uma suposta ideia de que ser evangélico é necessariamente ser conservador. Nosso foco é o menos avaliar o impacto real que a Frente possui e mais perceber a construção do agenciamento específico que ocorre em setores da fé evangélica em torno da construção de uma forma específica de pensar a fé, a política e suas relações.

3. A Teologia da Missão Integral e a Teologia da Libertação

No processo de desenvolvimento de uma pedagogia evangélica progressista o papel da teologia ocupa um lugar central. Não só a teologia, mas a própria Bíblia é acionada para dela tirar textos que comprovariam a necessidade de se relacionar fé e política no sentido de demonstrar a preocupação com questões sociais como a pobreza. Sendo assim, o papel da teologia, da interpretação bíblica e do estudo acadêmico é bastante relevante nos movimentos evangélicos progressistas. A atuação política da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito se manifesta, portanto, como um processo de mediação intelectual e teológica que se torna fundamental para sua tentativa de se apresentar como um campo contra hegemônico no segmento evangélico brasileiro.

Esse fato está em consonância com outros movimentos políticos de articulação progressista deste segmento como no caso do Movimento Negro Evangélico (MNE) estudado por Oliveira (2021). Para o autor, o MNE organiza sua agência política mediada pela investigação científica da realidade. Para a FEED, o capital intelectual adquirido nos momentos formativos se traduz na capacidade de rearticulação discursiva onde conceitos seculares e acadêmicos como democracia, justiça social, cidadania, direitos humanos, constitucionalidade são legitimados e traduzidos por uma gramática religiosa ancorada na teologia e interpretação da Bíblia. Esse aspecto se faz presente nos encontros da FEED uma vez que se verifica o esforço de trazer referências tanto do campo acadêmico das ciências humanas quanto da teologia para legitimar uma maneira de ser evangélico que não seja conservador e contrário a determinados conjuntos de direitos. Para os sujeitos que compõem a Frente, a política não é um campo externo à fé, mas uma dimensão intrínseca do mandato cristão, articulada primordialmente através da Teologia da Missão Integral (TMI) e, em medida complementar, da Teologia da Libertação (TL).

A Teologia da Missão Integral (TMI) emerge, nesse contexto, como a principal matriz teológica do ativismo evangélico progressista, representando uma vertente latino-americana de reflexão protestante que buscou pensar o papel da igreja e do cristão para além dos espaços exclusivamente eclesiais. Existe uma crítica da parte de seus expoentes à ênfase excessiva na conversão individual e na *salvação das almas* que ignorava dimensões como desigualdades sociais, pobreza, violência que marcavam o contexto no qual o indivíduo estava vinculado. Nomes como René Padilha e Orlando Costa, procuram, então, pensar que a o cristão deve ter uma missão integral no sentido de salvar não apenas a alma dos indivíduos, mas lidar com suas situações concretas vivenciadas na sociedade mais ampla. Para Padilha:

O chamado do evangelho é um chamado para a transformação integral que reflita o propósito de Deus de redimir a vida humana em todas as suas dimensões. A missão integral só é possível quando há discípulos que têm a visão de fazer com que a levedura dos valores do reino de Deus levede todas as esferas da sociedade (Padilha; Couto, 2011, p. 52).

Deste modo, o cerne da TMI é o de que existe uma responsabilidade social do cristão que é inseparável da evangelização. Com isso, essa teologia propõe uma transformação integral que abrange todas as dimensões da vida humana: econômica, política, social, cultural e ecológica para além da religião vivenciada de forma privada. Ao situar o sujeito e a fé em um contexto histórico e social determinado, a TMI legitima o engajamento político como uma manifestação concreta do senhorio de Jesus Cristo sobre todo o universo, rejeitando a ideia de que a política seja um campo alheio à fé. Esse ensinamento que perpassa os ambientes evangélicos progressistas como o da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito é um elemento crucial da pedagogia que estimula os seus adeptos a se inserirem em discussões a respeito da política nacional. Nesta gramática, política e religião não são campos opostos e, portanto, não há uma invasão da religião na política. Antes, a religião orienta a participação política já que, nesta visão, a segunda aparece como um desdobramento da primeira.

Vale ressaltar que a religião se mantém como uma dimensão crucial. Ou seja, para os membros da FEED, não basta se engajar com partidos políticos e movimentos sociais alinhados com suas perspectivas políticas e sociais. É necessário manter o envolvimento com a religião como um fator norteador do seu envolvimento com a política. Com isso, a TMI oferece uma base sólida para a atuação de coletivos como a FEED. Ela permite que os evangélicos progressistas se envolvam com as questões sociais e políticas sem que percam sua identidade evangélica, mantendo a centralidade da Bíblia e da oração, mas ressignificando sob a ótica da justiça e da responsabilidade social. Ao afirmar que o envolvimento político é um dever cristão e faz parte constitutiva de sua missão, a TMI forneceu o respaldo teológico para a atuação de evangélicos progressistas com a política.

Em uma medida complementar, a Teologia da Libertação (TdL), embora de matriz católica, é acionada pelos evangélicos progressistas, como os da FEED, por sua potente capacidade de análise estrutural e seu foco na chamada opção preferencial pelos pobres. A TL, surgida na década de 1960, propõe que a teologia deve ser feita a partir da realidade concreta de opressão e miséria fornecendo os subsídios necessários para pensar e agir a favor da justiça social, direitos humanos e solidariedade para com os pobres. Para Michel Lowy:

Esse fenômeno, também chamado de ‘teologia da libertação’, é muito mais profundo e amplo que uma mera corrente teológica: na verdade, ele é um vasto movimento social – que propomos chamar de ‘Cristianismo da Libertação’ – com consequências políticas de grande alcance (Lowy, 2000, p. 8).

A Teologia da Libertação é um campo teológico que emergiu na América Latina buscando uma leitura da fé cristã a partir da realidade de opressão e pobreza. Ela propõe que a fé deve levar a um compromisso ativo com a transformação social e a libertação dos oprimidos. A TdL enfatiza a “opção preferencial pelos pobres” e a necessidade de uma práxis que combine reflexão teológica e engajamento político. Para a TdL, a função da teologia é discursar sobre Deus através da fé, buscando entender quem Ele é e o que representa para o ser humano, sempre vinculada à situação histórica concreta e à condição social, econômica,

cultural e política das pessoas. Teólogos como Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff sistematizaram essas reflexões, defendendo que não se deve separar o “processo histórico libertador e o discurso sobre Deus”, e que a igreja deve se comprometer com as lutas dos pobres, que são vistos como protagonistas de sua própria libertação. Nas palavras de Leonardo Boff:

A partir de um compromisso real (lugar social) se procura dar relevância a todas as dimensões libertadoras presentes no mistério de Jesus Cristo. Enfatiza-se a prática libertadora do Jesus histórico, pois como Filho encarnado proclamou uma determinada mensagem e se comportou de tal forma que tinha como efeito a produção de uma alvissareira atmosfera de liberdade para todo o povo. Estes conteúdos fundam o seguimento dos cristãos em contexto de dominação que deve ser superada por um processo de libertação (Boff, 2012, p. 11).

A TdL não se limita a uma salvação transcendental, mas propõe uma dimensão histórica da salvação, que antecipa a implementação do Reino de Deus através da luta por direitos básicos como segurança, educação, vida e justiça. Suas origens remontam à década de 1960, influenciada por mudanças internas na Igreja Católica (como o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla) e por fatores externos, como o processo de industrialização, o crescimento urbano e o agravamento das desigualdades sociais na América Latina. Neste sentido, é necessário que os pobres, os grupos subalternos, no entendimento desses pensadores, sejam os reais protagonistas do processo de libertação:

[...] o processo de libertação requer a *participação ativa* dos oprimidos. Este é, sem dúvida, um dos mais importantes temas nos textos da Igreja latino-americana. A partir da verificação da aspiração, geralmente frustrada, das classes populares de participar das decisões que afetam a sociedade global, chega-se a compreender que cabe aos pobres o papel de protagonista de sua própria libertação: ‘É primeiro aos povos pobres e aos pobres dos povos que compete realizar sua própria promoção’. Rechaçando todo tipo de paternalismo, afirma-se que ‘a transformação social não é mera revolução para o povo, mas o próprio povo – principalmente os setores camponeses e operários, explorados e injustamente marginalizados – deve ser agentes de sua própria libertação (Gutierrez, 2000, p. 175-176).

Michel Lowy (2000) expande essa compreensão, referindo-se ao fenômeno como “Cristianismo da Libertação”, um vasto movimento social com consequências políticas de grande alcance, que se vale de categorias religiosas para um engajamento na realidade social e econômica em prol de transformações estruturais e da efetivação da justiça e igualdade social. Neste sentido, a distinção entre a Teologia da Libertação e a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito reside no fato de que a TdL é um arcabouço teológico e um movimento social mais amplo, com raízes predominantemente católicas, que oferece as bases conceituais para uma leitura engajada da fé. A FEED, por sua vez, é um movimento específico de ativismo político evangélico no Brasil, que se apropria e dialoga com os princípios da TdL (e da Teologia da Missão Integral) para fundamentar sua atuação em defesa da democracia e dos direitos humanos. A FEED não busca construir uma nova teologia, mas sim mobilizar evangélicos em torno de pautas sociais e políticas, utilizando as gramáticas teológicas progressistas como mediação intelectual para legitimar seu engajamento.

Pode-se dizer que a contribuição da TdL para o ativismo da FEED se assenta no seu modo de ler e interpretar a Bíblia a partir de uma crítica às estruturas de dominação social

que perpassam os contextos das narrativas nela contida. Isso serviria para demonstrar uma preocupação de Deus com as questões sociais do seu povo. Para a TdL a pobreza não é uma carência individual, mas um fenômeno estrutural cujas causas precisam ser superadas para que ocorra uma real libertação do indivíduo. Aqui também é possível verificar a ideia de que o cristão possui uma responsabilidade para com as questões sociais se esforçando para criar uma sociedade mais justa.

Deste modo, apesar das divergências entre a Teologia da Missão Integral (TMI) e da Teologia da Libertação (TdL), existe uma convergência entre os seus discursos na atuação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e outros grupos progressistas. Ambas fazem parte da estratégia de mediação intelectual que fortalece a gramática religiosa do engajamento político evangélico progressista. Essa articulação teológica permite que a Frente traduza conceitos seculares como democracia e direitos humanos para uma linguagem religiosa, ancorando-os em uma hermenêutica bíblica que prioriza a justiça e a dignidade humana na contramão das vertentes conservadoras do segmento evangélico.

Do ponto de vista sociológico, a teologia é instrumentalizada como um esforço de rearticulação discursiva para o campo evangélico progressista. Ao se apropriar dessas teologias, a FEED desafia a hegemonia conservadora que historicamente ou tendeu a demonizar a relação entre fé e política priorizando a relação pessoal e individual do fiel com Deus, ou buscou na política uma maneira de expandir sua influência sobre a sociedade como um todo. O capital intelectual adquirido nos momentos formativos da FEED é, assim, um recurso estratégico para a construção de uma identidade evangélica progressista que se vale dessa mediação teológica e intelectual a formação de sujeitos evangélicos engajados. O estudo acadêmico e a interpretação bíblica não são meros acessórios, mas sim o motor de uma pedagogia que busca desenvolver uma consciência cristã evangélica voltada para a transformação do mundo (Alencar, 2019).

Ao invés de interpretar essas relações – teologia, política, religião – como *impuras* de antemão, é importante analisar sociologicamente como se dá na construção de uma dada cena determinadas articulações. Aqui, a teologia deixa de ser um mero discurso para se tornar uma ferramenta sociopolítica capaz de estabelecer uma gramática legítima para uma ação política progressista promovida por evangélicos. Na próxima sessão serão apresentados elementos centrais do conteúdo das narrativas discursivas da FEED para que seja esclarecida a maneira como o seu discurso político religioso foi mobilizado em prol de valores entendidos como democráticos.

4. A construção do sujeito evangélico progressista

Um dos aspectos centrais da subjetividade dos membros da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) é o de produzir indivíduos que sejam engajados com a política, com os assuntos públicos e com a transformação da sociedade, entendendo a fé e a teologia como fundamentos para tal engajamento. Nesse sentido, seria papel de grupos como esse demonstrar para os cristãos evangélicos a indissociabilidade entre as dimensões religiosa e política e a maneira adequada de interação entre esses campos, qual seja – a de promover justiça, igualdade e democracia – entendendo tais valores como aqueles enaltecidos por Deus e pela Bíblia. Assim, seguir os mandamentos de Jesus implicaria um nível de engajamento social, com a valorização de políticas públicas que favoreçam as camadas mais pobres da sociedade, mitiguem as desigualdades e promovam direitos para a população.

Contudo, isso significa ir além da mera assistência social presente de forma ampla em diversos segmentos religiosos e mesmo entre os evangélicos. Como demonstram Rosas (2014) e Scheliga (2010), as práticas assistencialistas realizadas no contexto da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) são dispositivos centrais de produção de pertencimento e de legitimidade desse agrupamento religioso dentre as populações vulneráveis. Essas ações combinam uma racionalidade moral que articulam cuidado material, disciplina dos corpos e pedagogia de conversão. Assim, para esses grupos analisados pelas pesquisadoras a solução dos problemas sociais passa diretamente pela religião – como forma de controle e de conversão – possibilitando novas condutas de vida que permitam aos indivíduos saírem da situação precária em que estão inseridos. Se a capilaridade dessas ações revela redefinições das fronteiras entre o religioso e o secular, contribuindo para a ampliação da presença pública dos evangélicos, elas assinalam também limites fundamentais do enfrentamento às desigualdades sociais. Nesse sentido, a assistência social promovida por igrejas evangélicas comumente não conduz à construção de compromissos democráticos mais amplos, tampouco à problematização das causas estruturais da pobreza, permitindo que o assistencialismo coexista com pautas contrárias a expansão de direitos. Essa lógica faz com que questões sociais se desloquem para o campo da caridade e da individualização de problemas estruturais.

A atuação da Frente se manifesta através da participação de seus líderes e representantes em debates, encontros e palestras em universidades, igrejas, sindicatos e movimentos sociais, visando difundir suas visões sobre política e sociedade e fortalecer a capacidade do grupo de ser uma referência para evangélicos que buscam conciliar sua identidade cristã com a luta social. Além disso, a FEED participa de manifestações públicas e se envolve em Conselhos Municipais sobre temas como violência urbana, direitos humanos e educação, demonstrando seu esforço em ser uma referência para a sociedade civil mais ampla. O grupo também produz notas oficiais e vídeos divulgados nas redes sociais sobre assuntos em debate na esfera pública, como a crítica à Reforma da Previdência em 2017 e o posicionamento contrário à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, argumentando que o que estava em jogo era o retrocesso nos direitos civis, sociais e na democracia.

Em outra linha, os discursos da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) operam a partir de uma gramática que desloca o eixo da caridade individual para o campo dos direitos e da justiça social, pensados de forma estrutural. Enquanto o assistencialismo tradicional foca na remediação imediata de carências materiais a partir de uma tutela moral, a FEED articula uma pedagogia voltada para a formação de sujeitos políticos conscientes de sua cidadania e que buscam sua defesa enquanto evangélicos. Sendo assim, a responsabilidade social deixa de ser apenas um dever moral de ajuda ao próximo e passa ser entendida também como um compromisso com a manutenção e o aprimoramento das instituições democráticas e com a garantia dos direitos constitucionais.

Essa postura fica evidente desde a gênese do movimento em 2016, quando no surgimento da Frente liderada pelo pastor Ariovaldo Ramos, os seus líderes formularam um manifesto em defesa da democracia que serviu de pedra angular para a fundação do grupo, mobilizando inicialmente milhares de assinaturas. Nele se lê que

A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito é um movimento, nascido no meio cristão evangélico, com os objetivos de promover a justiça social, a defesa de todos os direitos garantidos pela constituição brasileira (direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, etc.) e pela legislação internacional de direitos humanos, enfrentar quaisquer violações

de direitos humanos, lutando pela garantia do Estado Democrático de Direito.

A Frente surge em um momento de grande crise, aflição, angústia e incitação ao ódio, vividos pela nação brasileira, com ataques frontais ao pleno exercício da democracia. A ausência de serenidade e cautela nestes momentos críticos tem despertado muita preocupação e teme-se que o acirramento provocado pela ruptura democrática venha custar mais vidas humanas (Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, 2016).

A autodefinição da FEED em seu manifesto inaugural já demarca seu propósito de disputa estratégica pela identidade evangélica na esfera pública. Ao eleger como objetivos centrais a justiça social, a defesa dos direitos constitucionais e a legislação internacional dos direitos humanos, o coletivo assume uma linguagem política e secular que contrasta diretamente com o moralismo e conservadorismo de grande parte do campo evangélico que, dentre outros, assume lemas como “Deus acima de todos”. Essa escolha discursiva da Frente sinaliza sua intenção de traduzir a fé em termos de responsabilidade cívica conforme suas interpretações teológicas, que sustentam que a fé deve servir à transformação do mundo. Além disso, a ideia de defesa do Estado Democrático possibilita um princípio de agregação que transcende divergências teológicas e denominacionais presentes no segmento evangélico, capaz de estabelecer novos critérios de pertencimento e legitimidade para sujeitos que procuram conciliar sua identidade religiosa com pautas progressistas.

Ainda, o manifesto sustenta que o surgimento da Frente ocorreu “em um ambiente de profunda polarização social e incitação ao ódio” o que revela certa leitura moralizada da conjuntura política. Embora o escopo da pesquisa tenha se dado entre os anos de 2016 e 2019, essa análise da situação política do país se mantém nos discursos mais recentes da FEED, conforme revelam as posições do grupo em relação aos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023. Nesse momento, produziram-se ações coletivas de contestação institucional que expressaram uma crise de reconhecimento da legitimidade do processo eleitoral e das autoridades constituídas, materializadas na ocupação e depredação de edifícios símbolos do Estado. Sendo assim, a crise democrática deixou de ser apenas uma questão política e institucional para ser também uma questão ética e teológica. Isso porque, o ódio que a Frente identifica em discursos políticos conservadores seria contrário aos reais valores do reino de Deus – associados ao amor, à comunhão e à paz. Ao vincular a noção de uma “ruptura democrática” ao “ódio” e ao “custo de vidas humanas”, o manifesto já aponta uma direção muito comum em grupos evangélicos progressistas que, de certa forma, sacralizam a defesa da democracia, fazendo dela um imperativo para a preservação da vida. Essa gramática não apenas justifica a intervenção da Frente na política secular, como demonstra como são percebidas de forma porosa e fluida as fronteiras entre religião e política nos meios evangélicos de caráter progressista.

Nos dispositivos pedagógicos da FEED, como exemplificado em seu manifesto, é prescrito que a missão cristã não se encerra na salvação individual e no assistencialismo pontual, mas sim em uma militância ativa na defesa de direitos e da ordem democrática. Em oposição ao “sujeito empreendedor” neopentecostal, focado na prosperidade individual, a Frente propõe um indivíduo cuja subjetividade é moldada pela consciência crítica e pela responsabilidade coletiva. Ao se posicionar frontalmente contra o que percebe como ataques à democracia, o grupo não apenas reage a um evento político, mas estabelece uma nova estrutura de engajamento que visa redefinir o papel público do protestantismo progressista no Brasil.

Além de justificar sua inserção na política, a FEED também procura se distinguir de outros movimentos progressistas, como movimentos sociais e partidos políticos à esquerda. Em uma entrevista concedida por um de seus membros é possível verificar elementos interessantes dessa dinâmica:

A diferença da Frente para os outros movimentos de esquerda é que a gente fala a linguagem do pobre né. Tem até uma brincadeira que a gente faz que é dizer que a igreja católica escolheu os pobres, mas os pobres escolheram os neopentecostais. A grande maioria da periferia hoje é neopentecostal. A religião mais negra do Brasil é o neopentecostalismo e nos morros e favelas, quase todo mundo é evangélico. Então, assim, a gente conhece a linguagem, a gente sabe falar o idioma e o dialeto desses evangélicos. Então a gente tem uma vantagem porque os movimentos sociais falam do ponto de vista da luta, da militância e tal e nem todos os evangélicos tem essa perspectiva política. Eu vou te dizer que a maioria esmagadora dos evangélicos não tem uma consciência política. Então os movimentos têm visto a nossa importância porque a gente consegue fazer a conscientização política através do texto bíblico. E isso tem um peso porque eles não conseguem fazer (F, 31 anos, Advogado - Entrevista realizada 16/01/2019).

Neste trecho da entrevista é possível perceber uma certa análise de conjuntura – presente também em outros discursos promovidos pelo grupo – que indicam uma certa falha comunicacional da esquerda brasileira. Segundo esse argumento, a militância secular teria ignorado o fato de que a religião é um dos principais vetores de socialização e pertencimento das classes populares brasileiras. Ao identificar que os grupos de esquerda não conseguiram estabelecer diálogo por utilizarem uma linguagem excessivamente acadêmica e, por vezes, crítica à religião, a FEED justifica sua própria inserção no espaço público como uma agência de mediação cultural indispensável. Mais que isso, ela se posiciona em um patamar de eficácia superior a demais movimentos sociais não religiosos que, em sua visão, são ineficientes em conseguirem se legitimar perante os setores populares, que não assimilariam com facilidade seus termos.

Desse modo, a disputa por uma gramática que seja capaz de mesclar elementos religiosos evangélicos com princípios políticos seculares é o cerne da vantagem que a FEED reivindica para si. Ao dominar o idioma e dialeto evangélico, a Frente estaria mais apta a promover a devida conscientização política intermediada pelo texto bíblico. Assim sendo, essa capacidade de tradução transcende a mera adaptação discursiva e releva a conversão de categorias religiosas – como pecado, redenção, justiça divina, reino de Deus – em categorias políticas – como opressão, justiça, direito e democracia. Por isso a interpretação de textos bíblicos passa a ser uma ferramenta pedagógica capaz de articular de forma legítima a conscientização política com a identidade religiosa. Um importante trecho da Bíblia, mobilizado em diversas palestras e espaços formativos da Frente, está presente no Evangelho de Mateus, capítulo 25, versículo 31 e 46:

Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então, se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas em sua presença, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. Porque tive fome, e me destes de

comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me hospedastes; estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; preso, e fostes ver-me. Então, perguntarão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Ou com sede e te demos de beber? E quando te vimos forasteiro e te hospedamos? Ou nu e te vestimos? E quando te vimos enfermo ou preso e te fomos visitar? O Rei, respondendo, lhes dirá: Em verdade vos afirmo que, sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque tive fome, e não me destes de comer; tive sede, e não me destes de beber; sendo forasteiro, não me hospedastes; estando nu, não me vestistes; achando-me enfermo e preso, não fostes ver-me. E eles lhe perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome, com sede, forasteiro, nu, enfermo ou preso e não te assistimos? Então, lhes responderá: Em verdade vos digo que, sempre que o deixastes de fazer a um destes mais pequeninos, a mim o deixastes de fazer. E irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna (Bíblia, Mt 25:31-46, ARA).

A mobilização do texto de Mateus 25 pela FEED constitui uma operação interpretativa que visa converter a caridade cristã em um imperativo de cidadania. Ao associar as "necessidades básicas" descritas na parábola (fome, sede, vestimenta) a direitos constitucionais e políticas públicas (segurança alimentar, saneamento, moradia), a Frente opera uma transposição de escalas: o que no senso comum evangélico é lido como uma ação de misericórdia individual, na pedagogia da Frente é ressignificado como uma exigência de justiça estrutural. Essa estratégia permite que o movimento contorne a barreira do assistencialismo tradicional, utilizando a autoridade sagrada para legitimar a luta por direitos sociais sem que o fiel precise abandonar sua matriz de valores religiosos.

Essa forma de utilizar o texto bíblico funciona como um potente dispositivo de legitimação para o engajamento político. Ao traduzir as demandas do Estado Democrático de Direito para a linguagem das Escrituras, a FEED oferece ao fiel uma base de segurança identitária: a militância não é um desvio da fé, mas a sua expressão máxima. O texto bíblico, nesse contexto, deixa de ser apenas um objeto de devoção para se tornar uma ferramenta pedagógica política de conscientização. Quando a Frente vincula o “acolhimento ao forasteiro” à luta contra a discriminação e à defesa das liberdades civis, ela está, na prática, construindo uma ponte que permite ao indivíduo transitar do universo privado da crença para o espaço público da disputa política, munido de uma justificativa que possui validade dentro de seu grupo social.

Por fim, essa prática revela a construção de uma ética de transformação do mundo e da realidade social que desafia a dicotomia entre o sagrado e o secular. A interpretação da FEED transforma o julgamento final em um critério de avaliação das políticas públicas e do compromisso do Estado com os *pequeninos*. Ao fazer isso, o movimento não apenas educa politicamente o fiel, mas também disputa o sentido da salvação: ser justo passa a ser indissociável de ser um cidadão ativo que promova a dignidade humana. Essa pedagogia bíblica se pretende mais eficaz do que o discurso secular de direitos humanos por enraizar a democracia no cerne da experiência religiosa, tornando a defesa da Constituição um ato de fidelidade ao próprio Cristo. Desse modo, a identidade evangélica se torna politizada permitindo o engajamento dos fiéis nas pautas públicas do país.

Considerações finais

O impacto político dos evangélicos no Brasil transcende o escopo da representação por vias eleitorais, já que existem articulações em torno de grupos, coletivos e movimentos sociais que atuam de formas distintas na sociedade. É importante ressaltar que até a redemocratização do país na década de 1980 existia a questão no interior do próprio segmento evangélico se o fiel deveria participar da política ou não. Mudanças como as indicadas ao longo do texto demonstram que diante do ativismo evangélico desenvolvido no século XXI, a questão central se torna não se o crente deve se engajar com o espaço público, mas sim como deve ser esse envolvimento. Desse modo, no entendimento da grande maioria das denominações evangélicas, a participação política é tida como um dado: os evangélicos devem se envolver com os debates públicos, auxiliar na construção da nação e engajar na construção de uma sociedade melhor. O que varia de forma significativa é o entendimento que diferentes vertentes dessa fé possuem sobre isso.

Em face do exposto, a análise da trajetória e das práticas da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) permite concluir que o campo evangélico brasileiro, longe de ser um bloco monolítico e invariavelmente conservador, é um espaço de intensas disputas por legitimidade e sentido. A emergência desse coletivo no cenário público não representa apenas uma reação conjuntural a crises políticas, mas a pretensão de consolidar uma alternativa de engajamento que resgata e atualiza tradições progressistas do protestantismo. Ao articular a fé com a defesa da democracia e dos direitos humanos, a FEED tensiona a hegemonia das cruzadas morais e propõe um novo posicionamento para a presença religiosa na esfera pública, pautada pela responsabilidade social e pelo compromisso com as estruturas democráticas.

A estratégia pedagógica da Frente reside na busca de operar uma tradução de categorias bíblicas e teológicas para o vocabulário da cidadania. Essa operação de tradução é fundamental para a formação de um sujeito evangélico engajado, que passa a compreender a defesa de políticas públicas de segurança alimentar, saneamento básico e moradia não como opções políticas externas à sua religiosidade, mas como desdobramentos imperativos de sua fidelidade ao Evangelho. Diferente da lógica do *sujeito empreendedor* neopentecostal ou do isolamento sectário dos grupos pentecostais históricos, a pedagogia promovida pela FEED visa forjar um sujeito cívico-religioso engajado em uma ética de transformação do mundo. Esse indivíduo é capacitado a transitar entre o mundo da fé e o mundo da política sem fragmentar sua identidade, utilizando a Bíblia como uma ferramenta de conscientização crítica. Ao ocupar esse lugar de mediação, a Frente acredita preencher uma lacuna deixada pelos movimentos de esquerda tradicionais, que, em sua visão, teriam ignorado a centralidade da gramática religiosa na vida das camadas menos favorecidas da sociedade. A FEED, então, defende que a "linguagem do pobre" nas periferias brasileiras é, em grande medida, evangélica, e que qualquer projeto de transformação social que ignore essa realidade estará fadado ao insucesso comunicativo.

Além disso, a atuação da Frente também revela uma importante disputa pela própria categoria de evangélico. Em um contexto em que o termo é frequentemente associado ao fundamentalismo e ao conservadorismo, a FEED reivindica a possibilidade de redefinir o que significa ser seguidor de Jesus no Brasil. Essa disputa de identidade é estratégica por apontar a possibilidade, ainda que insuficiente, de construir uma voz evangélica em defesa do Estado de Direito capaz de romper com o monopólio discursivo das lideranças conservadoras. Sendo assim, as campanhas e práticas desenvolvidas pelo grupo evidenciam que compromissos democráticos são centrais para a missão do cristão evangélico.

A trajetória da FEED entre 2016 e 2019 ilustra, portanto, outras vertentes – ainda que minoritárias – do ativismo religioso progressista no Brasil. Seu caso revela uma tentativa de fazer da religião uma aliada da laicidade, da democracia e da cidadania. Para que isso ocorra, é necessário construir sentidos muito próprios do que é religião evangélica, política, democracia e a relação entre esses conceitos. Com isso, é necessário não assumir essas categorias como estanques, mas abertas a interpretações contínuas dos agentes que compõem a cena evangélica, que em seu agenciamento criam perspectivas muito particulares de como vivenciar a fé em suas relações múltiplas com a política.

Referências

ALENCAR, Gustavo de Castro Patrício de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 173-196, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n3cap08> Acesso em: 19 de jun. 2026.

ALENCAR, Gustavo de Castro Patrício. **Protestantismo e ativismo político: evangélicos progressistas no Brasil**. São Paulo: Dialética, 2023.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 2012.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.

FRESTON, Paul. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 371-392.

GIUMBELLI, Emerson. Cultura pública: evangélicos y su presencia en la sociedad brasileña. **Sociedad y Religión**, v. 23, n. 40, p. 13-43, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-70812013000200002 Acesso em: 19 de jun. 2026.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACHADO, Carly. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e de segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 13-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000200002> Acesso em: 19 de jun. 2026.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 329-350.

MARIANO, Ricardo. **Os Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo Brasileiro**. 2º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.25765> Acesso em: 19 de jun. 2026.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. “Hoje eu orei, Ele é negro”: a gênese do movimento negro evangélico no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 169-191, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap07> Acesso em: 19 de jun. 2026.

PADILLHA, René; COUTO, Péricles. **Igreja: agente de transformação**. Curitiba: Missão Aliança, 2011.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-110.

ROSAS, Nina. **As obras Sociais da Igreja Universal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

ROSAS, Nina. **Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono**. Belo Horizonte: Tese de doutorado em Sociologia, UFMG, 2015.

ROSAS, Nina; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Apresentação ao dossiê temático: Religião como marcador social: nova chave analítica ou modismo intelectual? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 25, n. 46, 2025.

SCHELIGA, Eva Lenita. **Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Beatriz Muniz. **A Experiência da Salvação: Pentecostais em São Paulo**. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

Recebido em 17/02/2026

Aceito em 07/04/2026